

Quando os servidores Técnicos Administrativos da IFES deflagraram o movimento de greve o País atravessava uma de suas maiores crises políticas. Bombardeado pelas forças depostas do poder político em 2002 e, também, por setores tidos de esquerda., ancorados por importantes meios de comunicação, o Governo Lula e o PT passam a viver sob forte e angustiante processo de denúncias.

É sobre este quadro político que a FASUBRA desenvolvia o processo de negociação da pauta específica no MEC quando o Governo promove substituições em sua equipe, tanto para contemplar partidos da base aliada, com o objetivo de fortalecer a sua defesa, como também para liberar quadros para assumir postos de controle na estrutura interna do PT, a fim de controlar a crise interna que se instalou a partir da constatação do envolvimento do PT, e alguns de seus dirigentes, em processos de corrupção.

Neste período, adotamos na UFG a política de exigir que todas as denúncias fundamentadas fossem alvos de profunda investigação e punição dos responsáveis, exigindo, inclusive, mudanças nos rumos da política econômica para reduzir juros, gerar mais empregos e redistribuição de renda, como apregoa a coordenação dos movimentos sociais.

No geral, essas movimentações fortaleceram os setores de centro na composição do Governo e jogaram o PT e setores importantes da sociedade em um profundo defensivo político.

Foi neste momento que os novos interlocutores do MEC, após a substituição do Ministro Tarso Genro por Fernando Haddad, cometeram erros na condução do processo negocial em curso (fatídica reunião do dia 02/08/05), e possibilitou que, nacionalmente, o movimento dos TAE se unificassem para lançar a greve como alternativa de condução da categoria à vitória de suas reivindicações.

Deflagrada a greve, o primeiro encontro entre o Governo e o CNG só ocorre após muitos esforços que contou como o apoio da ANDIFES e Comissão Parlamentar, composta por deputados federais do PT e PC do B, quando o MEC apresenta proposta concreta, sinalizando para a retomada do processo de negociação, em mesas específicas, com a possibilidade de avanços na pauta. (R\$ 320 milhões para a segunda etapa, R\$ 100 milhões para a não absorção do VBC e continuidade da mesa de negociação).

Motivado por diferentes perspectivas, a maioria do CNG não compreendeu a importância da proposta apresentada, induzindo a categoria a negá-la. Uma parte motivada pelo caráter político-partidário que foi dado ao movimento, e outra pelo desconhecimento das reais possibilidades de se avançar na negociação estando em greve, prova disso foram as diversas motivações que algumas entidades alegaram para a continuidade da greve, algumas, inclusive, fora do eixo da nossa pauta.

Com essa dualidade, o coletivo Vamos à Luta (VAL) consegue galvanizar na base da categoria a aprovação de sua proposta de rejeição da suspensão da greve, para a instalação do processo de negociação.

A recusa da proposta, apesar do Governo afirmar ser uma proposta oficial, trouxe para o CNG a responsabilidade pela rejeição de recursos para a categoria, experiência que a FASUBRA não tinha em seu histórico, desobrigando, assim, o Governo da responsabilidade de viabilizar os recursos necessários para sua implementação.

Os falsos argumentos de que a proposta apresentada não passava de promessas vazias, que era inconsistente e inviável, associados ao documento encaminhado ao MEC desqualificando-o como interlocutor do Governo, muito provavelmente de forma proposital, conduziu o movimento a um profundo desgaste com o próprio Governo e os nossos aliados, levando à interrupção do diálogo por um longo período.

Somente após uma reavaliação do CNG, onde esse faz uma mea-culpa, casada com diferentes ações junto aos aliados já constituídos, e novos que foram agregados, como o

Presidente da Câmara, Dep. Aldo Rebelo, além das ações desenvolvidas nos estados, gerando repercussões políticas e sociais, é que o diálogo foi retomado.

Neste segundo momento o Governo recebe o CNG e apresenta uma nova proposta, R\$ 250 milhões para a segunda etapa da carreira e a constituição de grupos de trabalho para discutir os problemas do VBC e racionalização com um cronograma variando de 90 a 120 dias para conclusão dos trabalhos, e novamente condiciona a abertura do processo de negociação ao fim da greve.

Há consenso dentro do CNG que a proposta rebaixada apresentada pelo Governo é insuficiente e não atende à categoria. As divergências aparecem na maneira de se buscar ampliar tal proposta. Parte acredita ser possível ampliar a proposta em processo de negociação dentro da greve, parte acredita que somente com a suspensão da greve e a retomada da mesa de negociação é que será possível ampliá-la.

O Governo tem si mostrado intransigente com a FASUBRA, dando-lhe um tratamento diferenciado ao já dispensado às demais entidades em greve, como o ANDES e o SINASEFE, negando-se a negociar em greve, desde o seu início, mostrando-se rancoroso e penalizando a categoria com propostas rebaixadas, deixando transparecer estar dando o mesmo caráter político-partidário ao movimento que o CNG dera inicialmente.

Essa disputa associada à proximidade do prazo limite para se conseguir qualquer recurso adicional que beneficiará a categoria (votação do orçamento 2006 em 15/12/2005), nos obriga a um recuo tático da greve, para abertura imediata da mesa de negociação, sob pena de penalizarmos grande parte da categoria que corre sérios riscos de ficar sem qualquer ganho salarial por três anos consecutivos (2004, 2005 e 2006).

Desta forma, o CLG/UFG reafirma a posição de suspensão da greve, como um recuo tático necessário para a retomada da mesa de negociação junto ao MEC e solicita que as entidades que se posicionaram favoráveis à continuidade da greve para que revejam suas posições e deliberem, também, pela suspensão unificada da greve.

O CLG/UFG avalia que a manutenção de uma queda de braço entre o Governo e o Movimento, para ver se negociamos ou não em greve, nesse momento, só prejudica a categoria, pois o prazo está se esgotando e a possibilidade da categoria ter perdas irreparáveis mostra-se cada vez mais evidente.

O recuo tático nesse momento, não demonstra uma derrota do movimento, pelo contrário, mostra que o movimento sabe lutar em defesa dos interesses da categoria. Derrota será se negarmos os recursos já oferecidos e a possibilidade de ampliá-los na mesa de negociação.